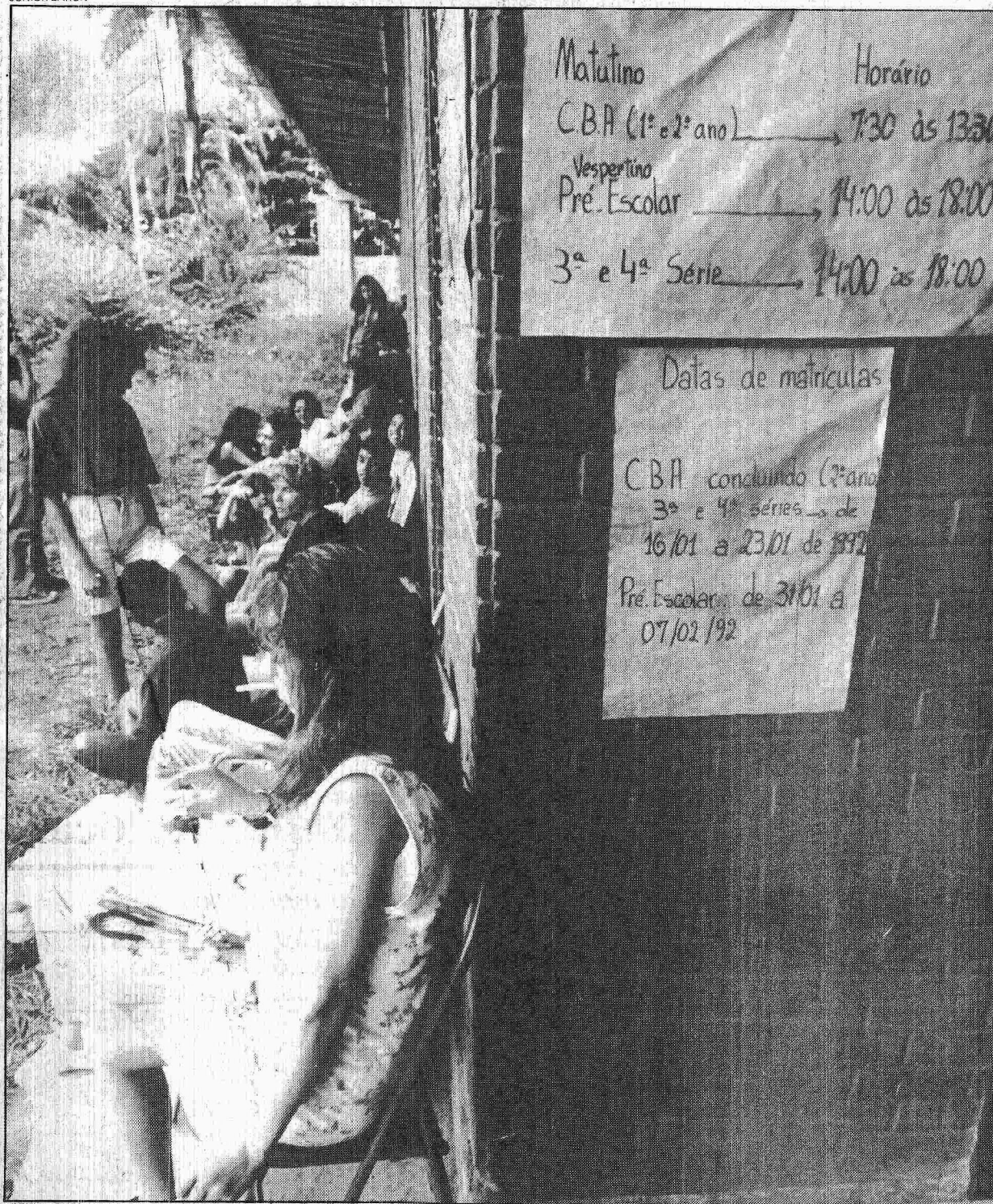


DF-Educação

GUIA DO CONSUMIDOR

Preço do ensino particular assusta pais

JUNIOR BARON



Matutino Horário
C.B.A. (1º e 2º ano) 7:30 às 13:30
Vespertino
Pré-Escolar 14:00 às 18:00
3ª e 4ª Série 14:00 às 18:00

Datas de matrículas

C.B.A. concluído (2º ano)
3ª e 4ª séries de
16/01 a 23/01 de 1992
Pré-Escolar de 31/01 a
07/02/92

Cléia Martins

Enquanto nas escolas públicas o número de vagas é menor que a procura, nos estabelecimentos de ensino privado há vagas de sobra. Os altos preços das mensalidades fez com que os pais procurassem alternativa, mas aqueles que não conseguirem espaço na rede oficial, terão que desembolsar bem mais do que em dezembro. Além de pagarem a mensalidade de janeiro que equivale à matrícula, no início de fevereiro vence a segunda parcela. No Marista, por exemplo, onde o valor da mensalidade do 2º grau é de Cr\$ 155 mil, quem se matricular na próxima semana vai ter que desembolsar em menos de mês mais de Cr\$ 300 mil.

Depois que o Governo liberou os preços das mensalidades no ano passado, passando a vigorar a livre negociação, os colégios tentaram cobrir seus prejuízos e os reajustes durante o ano ultrapassaram os 500 por cento. Por este motivo, em breve, a lei que está em vigor, a 8.170, de janeiro de 1991, poderá ser substituída por outra. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2244/91, que estabelecerá novas regras para fixação e reajustes das mensalidades escolares.

Projeto de lei — O projeto prevê que o valor das mensalidades será estabelecido pelas escolas, com base no "planejamento

pedagógico e econômico-financeiro da instituição". O cálculo incluirá salários, encargos sociais e trabalhistas, despesas administrativas, tributos e margem de lucros com respectivos pesos. Os reajustes dados aos professores fora da data-base, salvo com a anuência dos alunos e pais, não poderão ser repassados às mensalidades.

O principal objetivo do projeto é o de impedir que seja embutido nas mensalidades a inflação futura. O período para reajuste não poderá ser inferior a dois meses. O Executivo partiu do princípio de que estas medidas levariam as escolas a praticarem valores reais. Desde a época em que o projeto foi encaminhado ao Congresso ele vem recebendo críticas, por existir nele a possibilidade de dupla interpretação e um dos maiores problemas existentes hoje — a hostilidade entre pais e direção de colégios — não deixaria de existir. Para poder negociar modificações, o Ministério da Educação conseguiu que o projeto não fosse votado no ano passado. Com isto, provavelmente, só entrará em vigor a partir do segundo semestre.

Controle — Com a liberação e saída do governo do cenário, controlar eventuais abusos de mensalidades ficou difícil. O poder dos conselhos regionais de educação foram restringidos e os pais e alunos ficaram praticamente sem ter a quem recorrer. O conselheiro

ro Gildo Viladinno disse que o conselho não está se envolvendo, pois "está fora de jogada". A Sunab e o Procon também não estão agindo e Associação de Pais e Alunos do DF deixou de existir há algum tempo.

Os valores que estão sendo aplicados agora, segundo o assessor de imprensa do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Roberto Bonfim, foram estabelecidos em outubro de 1991, com base na planilha de custos de cada escola. A procura por colégios particulares, segundo ele, deve aumentar no final deste mês, quando as matrículas na rede oficial forem fechadas.

Disque-Escola — Para fornecer soluções aos problemas apresentados pelos pais, o Sinepe criou o Disque-Escola, no mês de novembro, quando se aproximava o período de renovação de matrículas. Naquela época os valores das mensalidades apresentados, bem como as bases de cálculos, provocaram muitas discussões. Com a falta de órgão do governo que pudesse agir, esclarecendo dúvidas ou punindo abusos, para melhorar o clima de animosidade existente, o Sinepe resolveu preencher este espaço. Encontra-se em funcionamento quatro linhas do sindicato, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Através do telefone 245-7373, o Sinepe fornece orientação dos cálculos até a legislação em vigor.

Valores em alguns estabelecimentos

COLÉGIOS	JK	Leonardo da Vinci	Alvorada	Pio XII	Compacto	Marista	Objetivo
Jardim	65.900,00	—	85.000,00	80.000,00	—	—	95.420,00
1ª a 4ª série	65.900,00	82.900,00	85.000,00	82.000,00	74.600,00	98.400,00	91.114,00
5ª a 8ª	73.250,00	93.600,00	85.000,00	—	83.700,00	108.237,00	91.114,00
2º grau	88.340,00 (1º e 2º ano) 104.000,00 (3º ano)	126.300,00	90.000,00	—	99.700,00	155.000,00	139.620,00

Os altos preços praticados pelas escolas particulares fez com que muitos pais procurassem a rede pública